

NOSSAS PEQUENAS RUÍNAS, NOSSAS FORMAS DE VIDA

*Bruno Guimarães Martins
William David Vieira*

Resumo: Partindo de uma caminhada de regresso por uma rua da cidade-natal (Ouro Preto, em Minas Gerais) de um dos autores deste texto, este trabalho pensa como o espaço urbano se mobiliza enquanto sentido em formação durante a memória recuperada no exercício de andar. Em outras palavras, o presente artigo reflete sobre como a cidade construída se aguça e se multiplica (se reconstrói) na caminhada e nas reverberações memoriais de um sujeito que percorreu outras vezes o mesmo espaço. Logo, surge metodologicamente o seguinte percurso: um relato sobre a caminhada, escrito após esta ocorrência, e acionamentos conceituais demandados por esse registro. A partir disso, é possível compreender que cada pedaço que compõe a cidade se verifica como um passado aparentemente perdido, de pequenas ruínas (enquanto sucessões anteriores) ocorridas, mas onde residem formas de vida: onde podemos nos encontrar como seres em movimento, tal qual o próprio espaço urbano.

Palavras-chave: Cidade. Caminhada. Formas de vida. Memória. Ruínas.

OUR LITTLE RUINS, OUR FORMS OF LIFE

Abstract: Starting from a return walk down a street in the hometown (Ouro Preto, in Minas Gerais) of one of the authors of this text, this work thinks about how the urban space is mobilized as a sense in formation during the memory recovered in the exercise of walking. In other words, this article reflects on how the built city sharpens and multiplies itself (rebuilds itself) through what is found in the walk and in the memorial reverberations of a subject who has traveled through the same space on other occasions. Therefore, methodologically, the following course emerges: a report on the walk, written after this occurrence, and references demanded by this record. From this, it is possible to understand that each piece that makes up the city is verified as an apparently lost past, of small ruins (as previous successions) that occurred, but where forms of life reside: where we can find ourselves as beings in movement, just like the urban space.

Keywords: City. Walk. Forms of life. Memory. Ruins

NUESTRAS PEQUEÑAS RUINAS, NUESTRAS FORMAS DE VIDA

Resumen: A partir de una caminata de regreso por una calle de la ciudad natal (Ouro Preto, en Minas Gerais) de uno de los autores de este texto, este trabajo reflexiona sobre cómo el espacio urbano se moviliza como sentido en formación durante la memoria recuperada en el ejercicio de caminar. En otras palabras, este artículo reflexiona sobre cómo la ciudad construida se agudiza y se multiplica (se reconstruye) a través de lo que se encuentra en el paseo y en las reverberaciones memoriales de un sujeto que ha transitado por el mismo espacio en otras ocasiones. Por lo tanto, metodológicamente surge el siguiente rumbo: un informe de la caminata, escrito después de este evento, y referencias que son requeridas por este registro. De esto, es posible entender que cada pieza que conforma la ciudad se verifica como un pasado aparentemente perdido, de pequeñas ruinas (como sucesiones anteriores) sucedidas, pero donde residen formas de vida: donde podemos encontrarnos como seres en movimiento, al igual que el propio espacio urbano.

Palabras-clave: Ciudad. Caminada. Formas de vida. Memoria. Ruina.



1. PASSOS INTRODUTÓRIOS: A CAMINHADA DE RETORNO

Caminhando por uma rua do bairro Bauxita, como retorno à cidade-natal, Ouro Preto, em Minas Gerais, para o desenvolvimento de uma tese de doutorado¹, deparamo-nos, ao olhar para o alto, com uma construção (um sobrado antigo) que abriga, há mais de dez anos, uma igreja evangélica (no andar de cima) e um sacolão (no andar de baixo). Vem à memória que se trata da mesma igreja onde foi velada, em 2010, uma conhecida professora da cidade. Na ocasião, um funeral evangélico, as pessoas cantavam, em torno do caixão, em tom alto e com CD a tocar em altura maior, a canção *Pai da Criação*, do grupo gospel belo-horizontino *Diante do Trono*, como se estivessem pregando o evangelho - tal como as pessoas que aparecem no videoclipe² da canção. O sacolão do andar de baixo seguia aberto, diferentemente do que ocorria quando um velório católico percorria as ruas da cidade de Ouro Preto, já que era costume fechar os comércios nessas ocasiões.

Essa rua, em específico, liga pontos históricos importantes de Ouro Preto a uma grande loja da Drogaria Araújo, a principal da cidade, recém-chegada na região, como parte do processo de expansão da empresa e dominação de pequenos centros urbanos do interior de Minas Gerais, o que fez com que outras farmácias fechassem e diminuíssem de tamanho, não fosse a prática de venda fiada, em contas particulares diretamente negociadas com o dono de certas unidades farmacêuticas por se tratar de vínculos de confiança entre pessoas conhecidas (prática menor, de locais também “menorizados”). É a partir disso, das distintas ocupações e produções de sentido sobre a cidade, e a partir de uma rua, dividida entre o histórico e a dominação capitalista no mercado farmacêutico, demarcada também por uma igreja evangélica (sem a certeza se permanece a mesma vertente religiosa, visto que na época não havia placa denominando o local, embora o espaço ainda seja destinado a tal prática) e um sacolão (Figura 1), que centramos a discussão travada neste texto.

Figura 1: Montagem com fotos da rua e do sobrado que mantém sua estrutura (sacolão e igreja).



Fonte: Registro dos autores do texto.

Partindo, pois, de uma caminhada de regresso por uma rua da cidade-natal de um dos autores deste texto, pensaremos como tal espaço urbano se mobiliza enquanto sentido em formação durante a memória recuperada no exercício de andar. Em outras palavras, o presente trabalho reflete sobre como a cidade construída se aguça e se multiplica (se reconstrói) na caminhada e nas reverberações memoriais em alguém que percorreu outras vezes o mesmo espaço. Para tanto, é importante mobilizar alguns conceitos, como a ideia de descrição – que será acionada à frente –, em meio a outros que convêm à nossa explanação. Logo, surge metodologicamente, numa face dual, o seguinte procedimento, que passou a ser empregado já no começo do texto: i) um relato sobre a caminhada, escrito após esta ocorrência, e ii) acionamentos conceituais demandados por esse registro.

Por se tratar de uma caminhada de regresso de um sujeito à sua cidade-natal, poderíamos trazer uma escrita em primeira pessoa, mas, acreditando que nunca estamos sozinhos em nossas caminhadas, repensando cada “coisa” da cidade como algo vivo – isto é, de tentar trazer as *coisas* de volta à vida, como nos convida a fazer o antropólogo britânico Tim Ingold (2012;

2015) –, utilizamos o “nós” nas funções de pronome e substantivo – o “ nós” da primeira pessoa do plural, haja vista esse fato de acreditarmos existir sempre uma companhia, e os “nós” do atravessamento (SANTIAGO, 1999), da malha ou linha costurada.

De um lado, temos a caminhada e as memórias que ela evoca naquele momento. De outro, posto que esse encontro, essa produção de sentidos a partir de uma presença, aí não se finda, temos o esforço de tentar escrever, como outra recuperação memorial, aquilo que vivemos durante a caminhada, ou seja, as memórias que este encontro afetivo nos recobrou. É importante chamar de afeto essa movimentação porque nela estão em andamento tanto o espaço da cidade quanto nossos corpos. Assim, o que se vive e se compartilha não está preso na cidade ou em nós, mas sim, num híbrido de ressonância entre ambos, o espaço urbano e os sujeitos, de modo que o afeto é essa composição maquínica da ordem do pôr em ação – está tanto em nós quanto naquilo que é contemplado (GROSSBERG, 2018; MORICEAU, 2012), moldando ambos, e sabendo que assim também podemos ser contemplados por aquilo que, com suas restrições, nos “olha” de volta (DIDI-HUBERMAN, 1998).

Por isso, é importante acionar a descrição, já que o afeto está dado no processo, é o próprio andamento, como as coisas se dão ou efervescem nesse movimento de afetar-se. Dessa maneira, se falamos de memórias a partir de uma caminhada e depois fazemos um relato sobre as memórias erigidas nessa caminhada, fazemos também um exercício de rememoração, que se finca aqui por meio da descrição. Estamos, portanto, tentando tatear o jogo memorial a partir daquilo que ele deixa para nós por essa afetação: a capacidade de descrevermos o que vivenciamos, aquilo que se construiu em nós e como nós nos construímos ou nos moldamos neste mesmo processo – como (re)agimos.

Vale destacar que a descrição é tomada aqui, nessa exploração memorial, como modo de organização do discurso, de articulação de conhecimentos

do mundo (FERNANDES, 2012), e que, justamente por ser privilegiada ao resultar numa impressão singularizante de algo, tensiona subjetividades e faz com que pensemos em afeto e memória nesse caráter subjetivo, individual, preciso, recortado, mas não isolado do mundo, por isso seu entroncamento nas vias do afeto e da memória e por isso os limites da própria ideia de individualidade. Do mesmo modo, por essa singularidade, a descrição nos auxilia a pensar num fenômeno em seu pequeno espaço de ocorrência, ou seja, ajuda-nos a tomar um acontecimento mais próximo de sua instância de execução, em sua particularidade, pensando ainda que outras instabilidades surgirão em torno dele por meio da descrição (quando a executamos), que acaba por se comportar como mais uma afetação adjacente à memória.

De volta à “rememoração das memórias” ativadas na caminhada, prosseguindo com nosso trabalho de descrição a partir daquilo que nos afetou, encontramos um papel caído ao chão (Figura 2), desses de funerárias e irmandades religiosas, como obituários divulgados em postes das ruas de Ouro Preto – prática ainda comum por empresas funerárias e irmandades católicas. Chama atenção como permanece o hábito de colocar o maior número de referências possível daquele que morreu: nome completo, filiação (se já morreram ou não), local de trabalho, bairro onde morava, nome e apelido dos filhos. Os obituários afixados junto às hastes de concreto de iluminação pública já foram atrações para a cidade, embora hoje estejam em desuso, mas sigam sendo utilizados por pessoas mais idosas, que não perderam a tradição de consultá-los. Também é comum recorrer a eles ao ver o momento em que o responsável os afixa aos postes, por questão de curiosidade, nos momentos também raros em que isso acontece e se está presente para conferir. “Quem morreu?” ou “Nossa, vai ser/foi ‘tal dia’ o enterro!”. Por vezes, não conhecemos muitas das pessoas cujos nomes e mortes foram estampados como notícia em praça pública, mas Ouro Preto ainda carrega sua fama de cidade pequena e se comporta como tal.

Figura 2: Obituário antes afixado a um poste de energia elétrica aparece caído ao chão.



Fonte: Registro dos autores do texto.

Vem à memória que é inevitável manter certos trejeitos ou inevitável não encontrar boa parte de conhecidos pelas ruas, ao se ir ao banco (há no máximo duas agências de cada banco na cidade; no caso de algumas instituições, apenas uma unidade), ao único *fast-food* (a franquia *Subway*) e à única loja de perfumes (O Boticário). Ainda se compra remédio na farmácia do “Zezinho” (nome fictício, assim como os seguintes), farmacêutico que se formou na Universidade Federal de Ouro Preto e vizinho da “Mariazinha”, que mora atrás da Basílica do Pilar – redes maiores de drogaria, como já citamos, estão chegando agora à cidade, na década de 2020.

Ainda se compra roupa na lojinha de aviamentos e de portão de garagem da “Glorinha” – as compras de internet se popularizaram e hoje encontram maior adesão, mas os/as (*moto*)*boys/girls* de entrega das “transportadoras” (qualquer um que se quiser lançar no serviço de transporte de mercadorias com uma motocicleta, até bicicleta ou mesmo caminhando) são nossos vizinhos, amigos de infância, ex-colegas do ensino fundamental ou médio. Ainda se faz “lista” (as compras de supermercado, como costumamos dizer) no comércio de bairro do “Vilsinho”, onde também atendem seus filhos, irmãos e até pais. Na única Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) e no único hospital, a Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, são conhecidos

que trabalham na recepção, ou, naquele momento de busca por socorro, conhecem-se tais pessoas e com elas se faz amizade, já sendo possível ser chamado pelo nome ao encontrar-se com elas em outras ocasiões, como quando acontecer um regresso ao atendimento médico.

É possível compreender que cada pedaço que compõe a cidade – desde a imagem que noticia a perda indelével de alguém querido para um terceiro a uma construção que se divide entre uma igreja e um sacolão, situada numa rua que liga tanto pontos históricos de Ouro Preto a uma grande rede de drogarias que acaba por se instalar na região – verifica-se como certo passado aparentemente perdido, de pequenas ruínas ocorridas (enquanto acontecimentos anteriores situados no tempo), mas onde residem formas de vida, ou seja, onde podemos nos encontrar como seres em movimento, tal qual o próprio espaço urbano. Em todas essas pequenas ruínas – quais sejam, obituários pregados e despregados, sobrados de comércios distintos que podem mudar a qualquer momento ou resistir ao tempo e à especulação e ocupação imobiliária, os sujeitos que executam cada função, modos e locais de se fazer compras de medicamentos (por exemplo) e se desenvolver pela cidade, de habitá-la, jeitos de conhecer pessoas e conviver com elas –, exatamente em todas essas ruínas, as quais são também nossas, há igualmente formas nossas de vida, há rumos para a memória, que não está presa a quem lembra ou à lembrança em si, mas surge com o movimento, como numa caminhada.

2. EM NOSSAS PEQUENAS RUÍNAS, ENCONTRAMOS FORMAS DE VIDA

Se a caminhada pode ser tomada aqui como essa primeira referência de movimento para a construção da memória, ela está certamente balizada na ideia de modo de vivência urbano situado em sistemas de organização dos espaços que habitamos. Para os geógrafos Ash Amin e Nigel Thrift (2002), esses sistemas são fomentados por dinâmicas de poder e podem se sobrepor a outros, com maior ou menor brutalidade, de modo a conceber

projetos de entendimento sobre as cidades. Assim, a caminhada, por onde caminhar, o que é permitido numa caminhada, que espaços são dignos para se caminhar e quem pode caminhar por eles, em que circunstâncias, tudo isso está engendrado em sistemas como a ideia de circulação, de logística etc. A caminhada que fazemos, porém, ao ser alvo desses processos de poder, inevitavelmente, também permite, sem preterir essas lógicas, acontecer “[...] a ação coletiva, moldando disposições e afetos sociais, marcando tempo, espaço e mapas, mantendo a ordem e a disciplina, sustentando transações, moldando a pegada ambiental” (AMIN; THRIFT, 2017, p. 9; tradução nossa).

Dessa forma, uma ideia de caminhada seria menos alvo de lógicas de poder não ao tentar preteri-las, sabendo que elas existem e *afetam* a caminhada, mas sim, ao reconhecê-las e delas se dar conta justamente quando se está em meio a um exercício de caminhar. Isso porque, quando pensamos nessa caminhada sob condições múltiplas de afetação, incluindo aquelas existentes a partir de nossa relação com a caminhada, o que se deve considerar é que esse modo de andar se confirma como uma ação que impõe tensões ao espaço no qual se conjuga. Considerando essas lógicas de poder como processos de afetação sobre a cidade, bem como nosso dar conta de tais manifestações e os próprios sentidos que produzimos sobre a caminhada, há, então, mais tensões nas ruas de uma cidade, a título do exemplo – como o espaço pelo qual caminhamos –, do que se imagina. Ainda é representativa uma afirmação de Canclini (2008), de mais de uma década atrás, a esse respeito:

Nos centros urbanos se dramatiza uma tensão chave: entre as *totalizações* do saber que as descrições das ciências sociais duras produzem e as *destotalizações* que geram o movimento incessante do real, as ações imprevistas, aqueles ocos ou fraturas que obrigam a desconfiar dos conhecimentos demasiadamente compactos oferecidos pelas pesquisas e estatísticas. Ao reconhecer essa tensão, os estudos urbanos atuais dão lugar por sua vez às explicações demográficas e socioeconômicas, assim como às representações culturais nas quais se manifestam a heterogeneidade e a complexidade do social. (CANCLINI, 2008, p. 16; grifos no original).

Pendendo mais para uma *destotalização*, onde preferimos nos instalar aqui, a significação desse referido espaço geopolítico é, porém, menos uma captura de um movimento incessante do real. Mas não chega a ser, também, uma constatação dura, uma *totalização*, de uma cidade do Brasil colonial, de arquitetura a vagar sobretudo entre registros de arte de nomes barroco e rococó, ou mesmo por construções estéticas sem estilo e nome definidos, o que leva mais complexidade a esse imbróglio. Tentamos nos situar em um entre-lugar, um meio entre a *destotalização* e a *totalização*. Para fugir desses termos, tentamos nos situar num imaginário próprio e guiá-lo a quem nos lê. Trata-se de uma busca por outro imaginário, que não é, entretanto, só nosso, isolado, numa cidade mineira, de outros que chegaram até essa leitura. E é por isso que seguimos com Canclini (2008):

Cada habitante usa as zonas da cidade de que necessita e tem conjeturas sobre aquilo que não vê ou não conhece. A fragmentação das experiências registrada nos estudos sobre diversidade cultural urbana torna evidente que não há saberes totalizadores. Nem o prefeito da cidade, nem o melhor especialista em planejamento urbano têm uma visão em profundidade do conjunto; mas chama a atenção, de vez em quando, que no desenvolvimento comunicacional apareçam simulacros de totalização. [...]. Ao estarmos dependentes do que nos dizem no rádio ou na televisão sobre o que aconteceu na cidade, manifestamos, por um lado, um desejo de conhecimento e, por outro, uma carência que se torna difícil de suportar. Esses dois impulsos estão na base dos imaginários. O imaginário não é apenas a representação simbólica do que ocorre, mas também um lugar de elaboração de insatisfações, desejos e busca de comunicação com os outros. (CANCLINI, 2008, p. 21).

Ora, então que cidade é essa que vemos agora, tanto em memórias durante uma caminhada, quanto na própria caminhada e no relato que se faz de ambas? Parece ser uma mistura de características que Sarlo (2014) aponta como: um olhar local, de moradores ou partícipes íntimos, a dar a ver certa cidade escrita (como apresentamos agora a quem nos lê), mas que não prescinde de uma cidade imaginada – o que Ouro Preto foi em outras épocas e é para aqueles que experimentam a cidade por outros relatos, sobretudo como patrimônio histórico e cultural da humanidade. São tempos

e espaços passados sobrepostos como sentidos a imperarem no presente, como formas de vida das pequenas ruínas de um tempo-espaço passado:

[...] Bachelard diz que não lembramos o tempo, mas o espaço. O que imaginamos do tempo transcorrido é espacializado. [...]. Por isso, voltar a certos lugares é insuportável, porque obriga a um retorno ao passado. [...]. Uma árvore, a rua de ontem, um hábito, um itinerário: isso permanece como o fragmento da experiência que resiste. A árvore e a rua em que se traçou um itinerário prometem uma solidez no mundo fluido dos significados, porque têm a resistência do que ainda pode ser vivido como experiência. No entanto, também são a árvore que restou, o hábito que permaneceu e não se foi. Estes se oferecem como lugar de regresso e, na cidade, há poucos lugares de retorno que permaneçam idênticos. A cidade é tempo presente, mesmo seu passado só pode ser vivido como presente. O que nela se conserva do passado fica incrustado no que ela mostra como pura atualidade. (SARLO, 2014, p. 142; grifos no original).

Por essa perspectiva, as ruínas são um devir. Não um acontecimento encolhido no espaço e recolhido ao tempo passado. Esse vestígio dito menor – pequenas ruínas – não diz respeito a sua estatura, mas a sua ossatura sempre em formação: do feito registrado num ontem, o que lhe sobra é sempre um sedimento a mais, uma camada do hoje a ser adicionada. Assim, o vestígio é algo escalonado. Tem-se seu registro no ontem, mas ele segue incipiente, como construção viva no presente.

Tão logo se sabe que uma ruína, por essa visada do *devir*, de algo que *vem a ser* tomado como tal (como rastro), está viva no presente, percebe-se que sua ação no tempo é, conforme Ricoeur (1997), conectar mais de um regime de pensamento, ou seja, mais de uma forma de tomar e pensar o tempo. Ao dizer, portanto, de dimensões intratemporais, uma ruína como fruto de um processo de transformação das coisas é uma forma de vida daqueles que se esvaem no tempo – os seres como figuras espectrais. Por mais que alguém que tenha caminhado por um espaço já tenha se desfeito no tempo como vida, suas obras sobrevivem, seus passos ainda ficam como outras formas de vida:

[...] os homens passam; suas obras permanecem. Mas permanecem como coisas entre as coisas. Ora, esse caráter cômico é importante para a nossa investigação: ele introduz uma relação de causa e efeito entre a coisa marcante e a coisa marcada. O rastro combina, assim, uma relação de significância, melhor discernível na ideia de vestígio de uma passagem, e uma relação de causalidade, incluída na coisidade da marca. O rastro é um efeito-signo. Os dois sistemas de relações se cruzam: por um lado, seguir um rastro é raciocinar por causalidade ao longo da cadeia das operações constitutivas da ação de passar por ali; por outro lado, voltar da marca à coisa marcante é isolar, dentre todas as cadeias causais possíveis, aquelas que, além disso, veiculam a significância própria da relação do vestígio com a passagem. (RICOEUR, 1997, p. 202; grifos no original).

E esse caráter cômico se relaciona com a proposta do antropólogo britânico Tim Ingold (2012; 2015), mencionada nas primeiras páginas deste trabalho, de tentar trazer as *coisas* de volta à vida. Para o pesquisador, há um problema com a perspectiva verticalizada que organiza os espaços em níveis inferiores e superiores, já que conhecer pelo caminho, pela caminhada, deve ser um processo que ocorre “ao longo”, não de cima para baixo. Assim, “mover, conhecer e descrever não são operações separadas que se seguem umas às outras em série, mas facetas paralelas do mesmo processo – aquele da vida mesma” (INGOLD, 2015, p. 13). Logo, nossos passos, numa caminhada, são coisas que ficam e se tornam vivas. É por isso que o pesquisador compreende o espaço “de maneira positiva, tão dinâmica, alegre e aberta quanto o tempo” (Ibid, p. 260), e é também por tudo isso, continuando na esteira do que propôs Sarlo (2014), que o espaço sobre o qual caminhamos é o mesmo, mas é também outro, como a caminhada é a mesma, mas é sempre outra:

J. Borges, ao voltar da Europa em 1921, acredita descobrir uma Buenos Aires diferente da que havia deixado sete anos antes. A cidade amistosa da infância pertence à lembrança, tornou-se *espaço passado*. Naqueles sete anos, Borges foi quem mais mudou, mas as mudanças de Buenos Aires se entrecruzaram com a transformação de um adolescente em homem. A dimensão biográfica é indelével da percepção da cidade que Borges encontra ao chegar. Percorre os lugares em que o passado pode se atualizar e trabalha sobre uma

lembrança que se transforma em mito pessoal e em mito urbano. O choque entre a cidade lembrada [...] e a cidade de 1921 produz um lugar na poesia de Borges: as *orillas* [margens, bordas, limites externos], onde a cidade recordada persiste apesar de sua inevitável dissolução na cidade presente. Contra o apagamento e a perda, Borges preserva, em suas obras dos anos 1920 e em *Evaristo Carriego*, de 1930, os fragmentos de cidade que já não se continuam construindo. (SARLO, 2014, p. 143; grifos no original).

Se, nessa mudança do espaço, que é o mesmo, mas também outro, cidade e biografia se encontram, como elucida Sarlo, foi olhando para o anúncio de morte caído do poste, em nossa caminhada por Ouro Preto, que percebemos não conhecer nenhum dos mencionados (nem a falecida, nem sua família). Não havia uma biografia de um terceiro que outrora se encontrara com a nossa, mas uma biografia em adeus que se construía agora com a nossa por um espaço da cidade. Não havia passado a ser lembrado no presente, nesse sentido, mas havia outro presente agora construído, a ser lembrado como passado em um futuro – tempo que pede um espaço.

A partir disso, poderíamos nos perguntar: será que não caminhou, pela mesma rua que nós, aquela que partiu, de quem fala o obituário agora caído ao chão? Suas pegadas, como rastros que não teremos ou que nossa memória não alcançará, mas pode fabular por termos vivido num mesmo espaço, são agora também pequenas ruínas, mas imaginadas, o que não as retira de um grau de forma de vida, que podemos buscar ou tentar conhecer por essa força memorial da imaginação. E se trata de um imaginar nas bases do que expôs Canclini (2008): não somente uma tentativa de representação simbólica do que ocorre e onde ocorre, mas também um lugar reservado à elaboração de nossas insatisfações; um lugar de produção e manifestação de desejos, de busca de comunicação com os outros.

Seria possível, então, acionar outra perspectiva defendida por Sarlo (2007), que diz respeito à fabulação contida na memória, ou o caráter de fabulação que esta passa a ter quando acionada, qual seja, de tentar recuperar o que

foi perdido. E não se pressupõe enxergar a fabulação como uma invenção, mas como algo da ordem desse imaginário enunciado por Canclini (2008), isto é, um lugar de elaboração de desejos – e, neste caso, um desejo de reconstrução ou recuperação do passado, de recontar um tempo vivido.

Fabular é construir – e, ao mesmo tempo, reconhecer – uma imaginação que não está separada do real da história, já que essa imaginação, dizendo respeito a uma ocorrência vivida, quando feita no presente sobre um suposto passado – sempre suposto, porque já não o temos de todo, e assim sempre será –, é um esforço de memória que nos questiona sobre os limites de nossa humanidade. Com isso, está menos em foco a dialogia “verdade *versus* ficção” (já que a imaginação e o relato daquele que enuncia atestam uma intenção de verdade para si), mas sim, a luz lançada sobre as espacialidades e temporalidades sociais que ajudamos a elaborar ao nos ocuparmos de alguma forma, no passado enquanto acontecimento e no passado imortalizado no presente na qualidade de memória (DIDI-HUBERMAN, 1999; BALINT-BABOS, 2014). É aí que entra a apropriação de fabulação que tiramos de Sarlo (2007):

[...] recuperar o que foi perdido pela violência do poder [como um passado vivido e agora imaginado no presente como memória], desejo cuja inteira legitimidade moral e psicológica não é suficiente para fundamentar uma legitimidade intelectual igualmente indiscutível. Então, se o que a memória procura é recuperar um lugar perdido ou um tempo passado, seria alheia a seu movimento a deriva que a afastaria desse centro utópico. Isso é o que, de certo modo, torna irrefutável a memória: o valor de verdade do testemunho pretende se sustentar no imediatismo da experiência; e sua capacidade de contribuir para a reparação ao dano sofrido [...] a localiza naquela dimensão redentora do passado que Benjamin exigia como dever messiânico de uma história antipositivista. (SARLO, 2007, p. 42-43).

Pelo trajeto que esboçamos até aqui, não seria ilusório de nossa parte tomar a imaginação também como um exercício afetivo, posto que ela se dá em direção a outro, àquilo que passamos a ter ou não do outro, como o contato com este. Ao falarmos que a memória se erigiu por um exercício de afetação com a cidade, é importante considerar que a imaginação, como um gesto de

produção memorial, que usa da memória – ao tentar preencher aquilo que falta ou ao tentar dar sentido àquilo que é, que existe – é também um afeto. Logo, a imaginação não se constrói como produção isolada do eu, mas sim, enquanto fabulação do eu sobre o mundo a partir das pequenas ruínas que se amontoam na memória do eu.

Ao se avolumarem e transbordarem sobre o mundo, essas ruínas estendem à imaginação, também, uma feição de formas de vida. Assim como caminhar pode ser uma resistência às inconstâncias dos sistemas de poder aplicados à cidade, apesar da inevitável relação com essas peias, a partir do que vimos com Amin e Thrift (2002; 2017), assumir o gesto de imaginar como forma de vida é resistir às intempéries sofridas pela memória – ou sofridas por algo até se tornar memória, como contido no paradoxo de não gostar que algo se torne memória e seja passado, mas só contemplá-lo como tal, ter essa sensação de rejeição, porque hoje esse algo é uma memória, então, se não existisse a memória, não se poderia rejeitá-la.

3. PASSOS FINAIS: EXPERIENCIAR A CIDADE CAMINHANDO, DESAFIAR O MODERNO

Ao falarmos da possibilidade de caminhar como um descortinar para rédeas de poder impostas ao espaço em que vivemos, apesar de a própria caminhada também ser parte de um sistema mais complexo de dominação, não podemos deixar de destacar que esses sistemas de poder correspondem a um mecanismo de dominação do mundo da modernidade, daquilo que se convencionou a chamar de progresso sobre o espaço moderno. Cabe salientar que, menos do que buscar um conceito de modernidade para cunharmos aqui, entendendo que essa acepção possui múltiplas constatações e manifestações, o que buscamos é tentar enxergar como uma condição que perpassa essas manifestações – a ideia da modernidade como o lugar ao qual deveríamos chegar, um espaço supostamente avançado, cada vez mais novo – é sentida nessa discussão da caminhada pela cidade.

Da mesma forma, o espaço urbano também tem suas múltiplas aparições conceituais. Entretanto, tal como a própria modernidade – e talvez por ser fruto dela – este mesmo espaço encontra igualmente certos aspectos de massificação que engendram sentidos relacionados aos modos de fruição condicionados pela vida *moderna* (ideal de novidade) nos grandes centros urbanos. A título de exemplo, poderíamos pensar nas mudanças do espaço, nas distintas ocupações que se faz de um mesmo prédio com o passar do tempo. Como estranhamento, identificamos que ainda permaneciam, naquele local visitado em Ouro Preto, o sacolão e a igreja evangélica (sem a certeza se se tratava da mesma corrente ideológica). Por outro lado, a memória do funeral relatado também poderia ter sido acionada se naquele sobrado estivesse instalada agora uma farmácia – como percebemos nas unidades da rede Araújo, que agora ocupam casarões antigos em Ouro Preto. Isso porque, ainda que haja o apelo à novidade, essa mudança não é de todo aniquiladora do passado. Nossa memória reside, portanto, no que Wisnik (2012) aponta como uma nitidez no nevoeiro da modernidade.

Para o autor, o espaço moderno é comprimido por um nevoeiro. Dentro dele, “nós não estamos mortos. Estamos, talvez, com um misto de temor e encantamento, tateando caminhos incertos através de outros sentidos que não a visão...” (WISNIK, 2012, p. 13). Essa relação se faz da seguinte forma: o espaço das cidades modernas é compreendido como um lugar-nenhum, um “aqui e lá ao mesmo tempo”. Há similaridades arquitetônicas que geram confusões territoriais e nos permitem duvidar se um mesmo lugar é a vista da janela de um prédio da Avenida Habib Bourguiba, em Tunis, capital da Tunísia, uma vista parcial da Avenida 18 de Julio, em Montevideú, saindo da Praça Independência, ou ainda um arranha-céu da Cidade do México. A sensação de *reconhecimento* por um *déjà vu* em quem *desconhece* as entranhas do lugar, isto é, a capacidade imaginativa de crer já ter estado nele ou tê-lo atravessado, só pode ser subvertida por outro dar-se conta do espaço urbano, como caminhar pela cidade para percebê-la (o que vivenciamos na ativação da memória do funeral), não para suprir mais necessidades modernas de trabalho e produção (as peias atreladas aos

sistemas de poder, de que falamos aqui).

Então, se as inteligibilidades latentes das arquiteturas contemporâneas das cidades podem passar despercebidas, isso se dá por uma ideia de mesmice do mundo moderno. Se tirarmos uma foto de uma das unidades da drogaria Araújo em Ouro Preto, sem outras referências da localização, talvez esta não seja descoberta, ainda que seja inevitável a aparição dos casarões antigos que agora hospedam, por exemplo, a unidade da farmacêutica no centro de Ouro Preto. Por outro lado, por que não duvidar se tratar de outra cidade histórica do período colonial? Afinal de contas, as estratégias de exploração desses casarões atendem à política do “novo”, de modernizar pequenas cidades do interior de Minas, como comentamos. Para além dessas estratégias, impera sobre essas cidades o mesmo nevoeiro de que fala Wisnik (2012). São manifestações desse nevoeiro: a poeira na derrubada de um prédio; a sujeira dos escombros levantada por escavadeiras; bolhas de sabão assopradas por entre os carros parados no sinal vermelho de um semáforo; a própria luz do semáforo atirada contra a neblina após uma chuva, que colore o céu de vermelho; cortinas de fumaça de chaminés de indústria, de aglomerados de cigarros agrupados em fumódromos ou do escapamento de veículos; até mesmo a fumaça de uma bomba atômica que se arrasta silenciosamente. Estão todos para o ideal de novidade, que só pode ser vivido se aquele espaço que um dia também foi “novo” agora permitir ser corroído, arruinado.

Assim, experienciar a cidade caminhando não é necessariamente a única forma de desafiar esse moderno do aprisionamento *criar para destruir*, ou *destruir para criar*, mas, no despertar de memórias que ocorre, na vivência de identificação da mudança do espaço urbano, executa-se um esforço de fazer valer a nitidez de que fala Wisnik. Em outras palavras, abre-se um vão na repetição do nevoeiro em centros urbanos – dos maiores aos menores –, enxerga-se a corrosão das territorialidades na aparição de ruínas como a manutenção do passado diante do novo. Aliás, ele só pode ser passado na sublimação do novo. É ver não o velho dando lugar ao novo, mas uma

pluralidade de novos dando lugar a mais um novo – e aí se baliza um desafio ao moderno.

Caminhar pela rua é, assim, ver sentidos em construção e aguçamento; é ver a própria cidade um dia “construída” como algo sempre inacabado, como em movimento, da mesma forma que nós. É uma cidade em construção. E não apenas do ponto de vista da arquitetura ou geografia urbana, mas das próprias humanidades que ali se instalam e fazem dos espaços lugares habitáveis nas outras instalações de uso. É o que se poderia pensar da deambulação do *flâneur baudeleriano*, que, como atesta Sontag (2004, p. 36; grifo nosso) a respeito “[d]esse solitário caminhante que perscruta, persegue, percorre o inferno urbano, o errante *voyeurístico* que descobre a cidade como uma paisagem de extremos voluptuosos”, pensa as realidades não oficiais da cidade, desvelando a fachada que enfeita a vida burguesa. É a forma como se percebe liricamente, na poesia de Baudelaire, não apenas o que a cidade será, sua construção anunciada, mas o que ela foi e é. São as formas de representar o sentir no deparar-se com o espaço. “No meio do nevoeiro, não é possível decidir se estamos de um lado ou de outro da ponte. O que há, é apenas a própria ponte” (WISNIK, 2012, p. 243).

REFERÊNCIAS

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. **Cities**: reimagining the urban. Polity Press: Cambridge, 2002.

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. **Seeing like a city**. Polity Press: Cambridge, 2017.

BALINT-BABOS, Adina. Imaginer, monter: la mémoire inachevée d’Auschwitz selon Georges Didi-Huberman. **Voix Plurielles**, v. 11, n. 2, 2014, p. 20-31. Disponível em: <https://doi.org/10.26522/vp.v11i2.1097>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008, p. 15-31.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **La demeure, la souche**: apparentements de l'artiste. Paris: Éditions de Minuit, 1999.

FERNANDES, Sérgio Brasil. A descrição como ferramenta fundamental para uma boa comunicação. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 37, n. 62, 2012, p. 171-189. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/signo.v37i62.2882>. Acesso em: 29 ago. 2023.

GROSSBERG, Lawrence. The terror and the beast. In: GROSSBERG, Lawrence. **Under the cover of chaos**: Trump and the battle for the American Right. London: Pluto Press, 2018, p. 3-15.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, 2012, p. 25-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019, p. 41-50.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** – Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SANTIAGO, Silviano. Prefácio. In: LOPES, Denilson. **Nós os mortos**: melancolia e neo-barroco. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, s. i.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista**: mercadorias e cultura urbana. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SONTAG, Susan. Objetos de melancolia. In: SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**: ensaios. Recurso eletrônico. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 33-50.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro**: diálogos cruzados entre arte e arquitetura contemporânea. Tese. São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012, 262f. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2012.tde-03072012-142241>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Notas:

¹ Este texto é recorte de uma pesquisa maior, em desenvolvimento com financiamento da CAPES.

² Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u3N0-rIN2jI>. Acesso em 19 dez. 2023.

SOBRE OS AUTORES:**Bruno Guimarães Martins**

Professor e pesquisador associado no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCom) da UFMG. Doutor em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1238-3729>

E-mail: brunomartins@fafich.ufmg.br

William David Vieira

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7177-4623>

E-mail: williamdavidvieira@gmail.com

Artigo recebido em: 19 set. 2023. | Artigo aprovado em: 16 nov. 2023.